

OS KAINGANG E A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA APUCARANA (PR) NO SÉCULO XX¹

THE KAINGANG AND THE REESTRUCTURATION OF THE INDIGENOUS TERRITORY APUCARANA (PR) IN THE XX CENTURY

Éder da Silva Novak²

Endereço profissional: Rodovia Dourados - Itahum, Km 12 - Cidade Universitária, Cx. Postal 364 - CEP 79804-970
E-mail: edernovak@ufgd.edu.br

Resumo: O Acordo de 1949, estabelecido entre o governo do Paraná e a União, propôs a reestruturação de seis áreas reservadas aos indígenas no início do século XX. Entre elas, o Território Indígena Apucarana, destinado aos Kaingang, em 1900, com mais de 68 mil hectares, cuja proposta do Acordo era a redução para 6.300ha. O objetivo neste texto é analisar os desdobramentos, as negociações e as tensões decorrentes desta reestruturação, evidenciando as ações e estratégias do estado, do órgão indigenista e, sobretudo, dos Kaingang do Apucarana.

Abstract: The 1949 Agreement established between the Government of Paraná and the Union, proposed the restructuring of six areas reserved for indigenous peoples in the early twentieth century. Among them, the Apucarana Indigenous Territory, destined for the Kaingang in 1900 with more than 68 thousand hectares, proposed a reduction to 6,300 ha. The purpose of this paper is to analyze the developments, the negotiations and the tensions resulting from this restructuring, evidencing the actions and strategies of the state, the indigenous and, above all, the Kaingang of Apucarana.

Palavras-chave: Política indígena; Territorialização; Indigenismo.

Keywords: Indigenous policy; Territorialization; Indigenism.

¹ Este artigo é parte da tese intitulada "Os Kaingang do Apucarana, o órgão indigenista e a usina hidrelétrica do Apucarantina", defendida em 2017, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD).

² Professor da Universidade Federal da Grande Dourados, na Faculdade de Ciências Humanas (FCH/UFGD). Graduado e Mestre em História na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutorado em História (PPGH/UFGD), Linha de História Indígena.

A Terra Indígena (TI) Apucarantina, situada no município de Tamarana (Paraná), possui atualmente quase dois mil indígenas, a maioria da etnia Kaingang. A extensão territorial da área é de 5.574 hectares (ha), compreendida na bacia hidrográfica do rio Tibagi, limitada por esse rio e pelos seus afluentes Apucarana e Apucarantina.

A sobrevivência da comunidade da TI Apucarantina está baseada no cultivo de terras com as roças familiares e coletivas, na venda do artesanato nas cidades próximas, no trabalho em fazendas da região e nos programas sociais desenvolvidos pelos governos federal e estadual. Além disso, os contratos de arrendamento de parte de suas terras constituem outra forma de renda para a comunidade indígena do Apucarantina, como o realizado com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), em virtude da presença da Usina Hidrelétrica (UHE) do Apucarantina no interior da TI.

Os Kaingang do Apucarantina, mesmo com todo o processo histórico de contato e de tentativas de dominação, por parte das frentes colonizadoras, mantiveram formas e conteúdo específicos de sociabilidade, portando-se enquanto populações diferenciadas em relação às demais etnias indígenas e à sociedade dita envolvente, produzindo uma identidade étnico-cultural singular.³

Há mais de 2.000 anos, os Kaingang ocupam terras no sul do Brasil e parte da região sudeste. Seus territórios vão desde o rio Tietê em São Paulo, até as terras ao sul do rio Uruguai no Rio Grande do Sul. No Paraná, as pesquisas arqueológicas evidenciam a presença desses grupos nos vales dos grandes rios como o Paranapanema, Ivaí, Piquiri e Tibagi, onde viviam em constante disputa de territórios com os Guarani.⁴

A partir da chegada dos europeus na América, iniciou-se a Guerra de Conquista⁵ contra os povos indígenas que viviam no interior do território do Guairá, cuja maior parte das terras se tornou o Estado do Paraná. Entre estes estavam os Kaingang, que atentos às mudanças ao seu redor, elaboraram suas estratégias para a defesa dos seus interesses, tanto no período colonial e imperial, quanto no republicano, inclusive, na atualidade.⁶

Mas é partir das primeiras décadas do século XX que as novas formas de produção e as transformações implementadas pelas frentes colonizadoras no Paraná promoveram mudanças significativas no espaço geográfico, que passou atender aos anseios dos representantes da sociedade dita envolvente, alterando o local tradicional

3 TOMMASINO, Kimiye. A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

4 NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Org.) Maringá e o Norte do Paraná. Maringá: EDUEM, 1999, p. 05-19.

5 SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

6 MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.

dos povos indígenas. A terra passou a ter a função de produzir mercadorias e juntar riquezas, concepção distinta dos índios, que viam no território um lugar de conteúdo histórico, social e religioso. É notório o processo de empobrecimento cultural e trágica redução dos territórios indígenas, entre eles, os Kaingang do Apucarantina. Contudo, a colonização não se deu de forma pacífica, em momento algum. Duras batalhas foram travadas para a conquista de cada metro de terra obtido pelos fazendeiros, pois os grupos indígenas atuaram enquanto sujeitos históricos, protagonistas na luta dos seus interesses, territórios e de sua liberdade.⁷

O momento ápice da expropriação do Território Indígena Apucarana se deu com o Acordo de 1949, realizado entre o governo do Paraná e da União, para a reestruturação de seis áreas indígenas que haviam sido reservadas aos índios, no início do século XX. As áreas eram Rio das Cobras, Mangueirinha, Ivaí, Faxinal, Queimadas e Apucarana ou Apucarantina como hoje é denominada.⁸ O objetivo neste texto é analisar o desenrolar do Acordo de 1949, no que tange ao Território Indígena Apucarana, destacando as ações e os interesses dos representantes do estado e das frentes colonizadoras, como também dos agentes do órgão indigenista e dos próprios Kaingang.

O Território Indígena Apucarana antes do Acordo de 1949

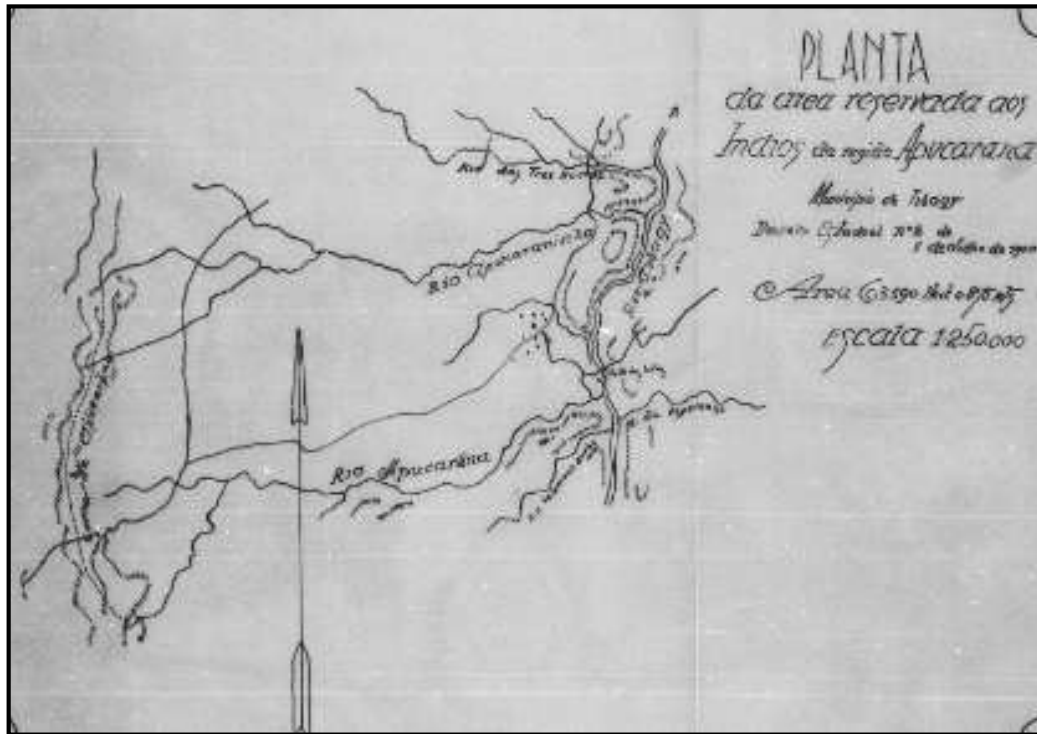
No início da República e após a extinção das Colônias/Aldeamentos Indígenas implementadas pela Província do Paraná, o Governo do Estado reservou alguns territórios aos índios.⁹ Especificamente aos índios Kaingang, próximos à Serra do Apucarana, foi reservada uma área com mais de 68.000ha de terras, conforme o Decreto nº 6, de 5 de julho de 1900, com as seguintes limitações: “[...] ficam reservadas, para estabelecimento de colônias indígenas, as terras devolutas sitas entre os rios Tibagy, Apucarana, Apucarantina e a serra do Apucarana, no município de Tibagy.”¹⁰

7 MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang. Op. Cit.

8 NOVAK, Éder da Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950). Revista Fronteiras. Dourados, MS. v. 18, n. 32. p. 76-97. jul./dez. 2016.

9 NOVAK, Éder da Silva. Tekohá e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República - 1889 a 1930. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.

10 PARANÁ, 05/07/1900. Decreto no 6, de 5 de julho de 1900. Arquivo Público do Paraná, Curitiba, Paraná.

Imagem 1 – Planta da área reservada aos índios da região do Apucarana (1940).

Fonte: SPI, 1940.¹¹

A Imagem 1 apresenta a planta da área reservada aos índios da região do Apucarana. Esta planta foi elaborada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1940, indicando uma área de 63.590ha, cujos limites permaneciam sendo os rios Apucarantina ao norte, Apucarana ao sul, Tibagi a leste e a Serra do Cadeado a oeste. Durante o transcorrer da primeira metade do século XX, essa área despertou o interesse dos colonizadores e muitos não-índios invadiram o território indígena ou passaram a arrendar estas terras junto ao órgão indigenista. Por sua vez, o SPI, apenas em 1942, organizou uma estrutura administrativa no Território Indígena Apucarana, para tentar controlar as relações entre os Kaingang e não-índigenas. O local passou a ser chamado de Posto Indígena (PI) Apucarana.

Conquanto, como o governo estadual não mediu e não demarcou a área destinada aos indígenas, muitos não-índios adentraram à área reservada, constituindo moradias e fazendo roças, estabelecendo relações junto à comunidade Kaingang. Destarte, muitos colonos obtiveram títulos de propriedade de terras dentro da área indígena, reduzindo o território reservado aos Kaingang. Isso é comprovado quando se analisa a Correspondência enviada pelo PI Apucarana à Diretoria do SPI, no Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1948, tratando de questões sobre as áreas de terras reservadas aos índios.

11 SPI, 1940. Planta da área reservada aos índios da região do Apucarana em 1900. Filme 75, Fotograma 1466. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

PI de Apucarana, já foi mudada a linha sul da área, que segundo o Decreto era pelo Rio Apucarana Grande, e no entanto está pelo Rio Preto, ficando fora mais de 4 mil alqueires, sendo também mudado a cabeceira do Rio Apucarantina (lado noroeste) por um outro que antes se denominava Rio do Meio, e assim segue o caso das terras neste Estado.¹²

Em relação ao limite sul, o Ofício nº 190/24, de 10 de outubro de 1950, enviado pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, ao diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, Almir Miró Carneiro, do Estado do Paraná, esclarece como se deu a redução da área de mais de 4 mil alqueires:

Os limites das terras reservada aos índios do Posto Apucarana, município de Londrina, e deste serviço, estavam tendo as divisas como segue; a leste, o rio Tibagi; ao norte o rio Apucarantina; a oeste, a Serra da Apucarana, e ao Sul, o rio Preto, desde sua cabeceira, até sua foz no Apucarana Grande, e por esta abaixo, até o rio Tibagi. O primitivo limite desta linha sul, era pelo rio Apucarana Grande, conforme se vê pelo Decreto Estadual n. 6, de 5 de julho de 1900, entretanto, não sabemos como, desde 1929 que passou a ser a divisa pelo rio Preto, desde sua cabeceira, até a barra no Apucarana, invasão esta pelos supostos proprietários da fazenda Apucarana Grande, mas que não foi protestado em tempo por esta Inspetoria.¹³

Neste contexto, compreende-se o Acordo de 1949, quando o Governo do Estado pretendeu reestruturar os territórios indígenas, entre eles o PI Apucarana, reduzindo-os consideravelmente e regularizando a posse dos colonos que se instalaram no interior da área destinada aos índios, legitimando a titulação das terras invadidas naquele período de quase cinco décadas. O número de não-índios era muito maior que o de indígenas no território do Apucarana no momento da criação deste PI em 1942, conforme aponta os dados demográficos do SPI.¹⁴

Obviamente o Acordo de 1949 gerou grande insatisfação do órgão indigenista e intensa resistência e diferentes estratégias dos Kaingang, promovendo debates tensos e relações acirradas entre os sujeitos envolvidos, que perpassaram toda a gestão do SPI. O Acordo de 1949 reduziu o Território Indígena Apucarana para apenas 6.300ha. Todavia, este processo de desterritorialização não se deu de maneira simples e unilateral. Foram praticamente duas décadas de embates, negociações, conflitos,

12 SPI, 07/06/1948. Correspondência enviada pelo PI Apucarana à Diretoria do SPI, no Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1948. Filme 69, Fotograma 2043. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

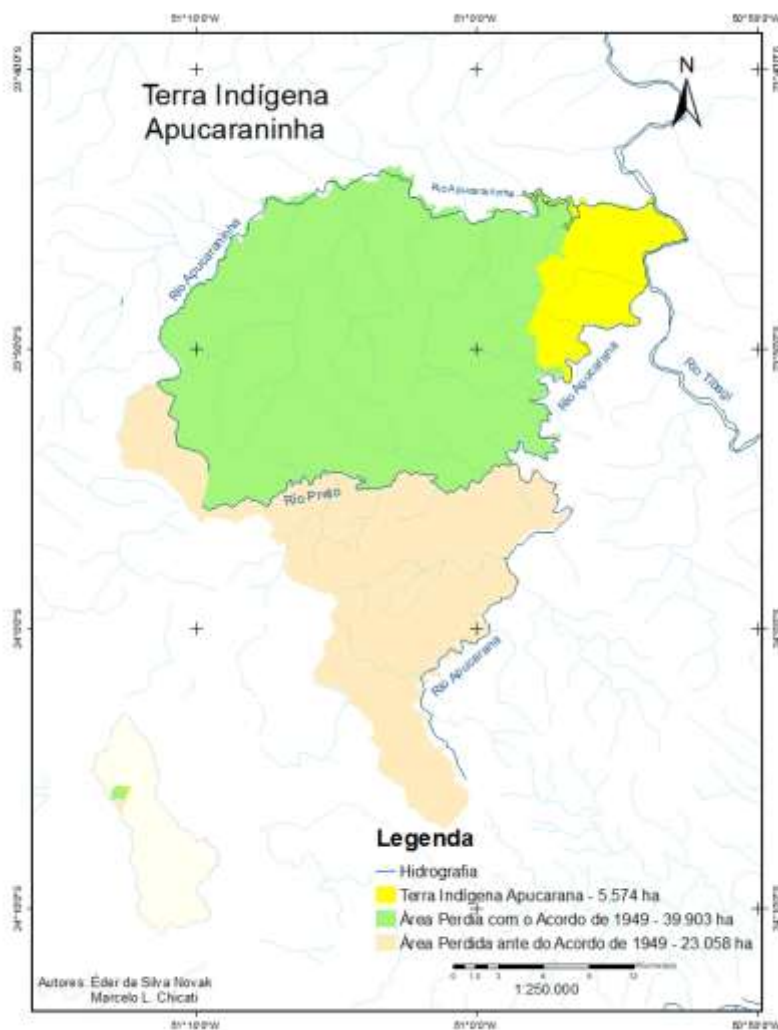
13 SPI, 10/10/1950. Ofício no 190/24, de 10 de outubro de 1950, enviado pelo inspetor Nenê, ao diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, Almir Miró Carneiro, do Estado do Paraná. Filme 70, Fotograma 176. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

14 SPI, 01/01/1943. Relatório Anual de 1942, enviado pelo encarregado do PI Apucarana, em 1o de janeiro de 1943, à IR7. Filme 47, Fotogramas 136-137. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

alianças e intensa resistência dos Kaingang do Apucarana.

Apesar disso, a atual TI Apucarantina, que em 1900, foi reservada aos índios com mais de 68.000ha, passou pela reestruturação do Acordo de 1949, ficando com 6.300ha e por outros processos de esbulhos durante o século XX, perdendo mais de 700ha, nos anos 1970 e 1980, sendo reduzida aos seus atuais 5.574ha, situada no município de Tamarana, no Estado do Paraná.¹⁵ O Mapa 1 representa a atual TI Apucarantina, revelando a perda substancial de terras no processo de esbulho dos territórios indígenas durante o século XX.

Mapa 1 – O processo de desterritorialização da Terra Indígena Apucarantina



Autores: Éder da Silva Novak e Marcelo L. Chicati.

¹⁵ Recentemente os Kaingang da TI Apucarantina ocuparam esta área de aproximadamente 700ha e aguardam os desdobramentos do processo judicial. Em relação ao território antigo, com mais de 68 mil hectares, uma ação foi iniciada na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 2009, com levantamentos antropológicos e demais estudos, mas segue em andamento, sem previsão de conclusão.

As negociações entre o SPI e o governo do Paraná

Após a assinatura do Acordo de 1949, o Estado do Paraná e a União, auxiliado pelo SPI, procuraram delimitar a área a ser demarcada definitivamente aos indígenas, conforme Ata lavrada em 14 de março de 1950, na sede da Sétima Inspetoria Regional (IR7), em Curitiba, entre os membros da Comissão do SPI e do representante do governo estadual.

Para desincumbência do que lhes foi designado, respectivamente pelos Snrs. Diretor do SPI e Governador deste Estado, para localização das áreas de terras a serem medidas, demarcadas e tituladas para os índios habitantes dos Postos Indígenas de Apucarana, Queimadas, Faxinal, Ivaí, Rio das Cobras e Mangueirinha, de conformidade com a cláusula quarta do termo do acordo assinado entre os Snrs. Ministro da Agricultura e Governador do Paraná.¹⁶

Como representante do Estado, esteve presente João Vialle, designado pelo Governador Moisés Lupion. Pelo SPI, participaram Paulino de Almeida, Lourival da Mota Cabral e Deocleciano de Souza Nenê, indicados para fazer parte da Comissão, conforme Portaria nº 75, de 20 de julho de 1949, emitida pela Diretoria do órgão indigenista. Após a reunião, ficou acordado o seguinte:

Posto Indígena de Apucarana: Os seis mil e trezentos (6.300) hectares a serem medidos e demarcados para os índios e para o Posto, deverão ser em duas glebas: uma de 5.300 hectares à margem esquerda do rio Preto, a começar na confluência deste rio no rio Apucarana Grande, rio Preto acima até abranger a igreja do bairro do Rio Preto, onde deverá ser localizado o novo Posto, no lugar denominado “RUA”, pouco abaixo da dita igreja; outra de 1.000 hectares, à margem direita do rio Apucarana, abrangendo a casa situada na Campininha e todas as suas dependências, inclusive invernadas, de conformidade com o croquis anexo, que demonstra, mais ou menos, em sombreado mais escuro, as situações dessas glebas.¹⁷

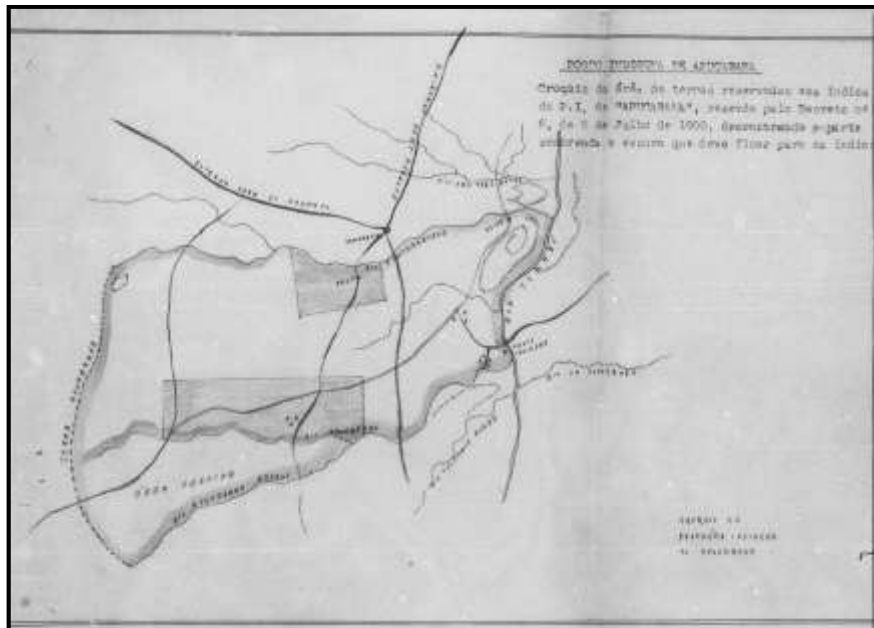
Essa proposta reduzia em mais de 60 mil hectares o território reservado aos indígenas em 1900, delimitando duas áreas distintas, conforme Croqui presente na Imagem 2. A menor das áreas, aproveitando a localização da sede do PI Apucarana, construída a partir de 1942, quando da criação do Posto, situava-se na região então

16 SPI, 14/03/1950. Ata lavrada em 14 de março de 1950, na sede da IR7, em Curitiba, entre os membros da Comissão do SPI e do representante do Estado do Paraná. Filme 76, Fotogramas 247-248. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

17 SPI, 14/03/1950. Ata lavrada em 14 de março de 1950. Op. cit.

denominada de Campininha ou Toldo¹⁸ da Campina. Como se observa no Croqui, vários Toldos dos indígenas ficariam de fora das áreas demarcadas, principalmente mais próximos da margem esquerda do rio Apucarana, em direção a sua foz no rio Tibagi. Também é notório a quantidade de caminhos/estradas que já cortavam todo o território indígena. Além disso, é possível observar a indicação da localização da UHE do Apucarantina, que ficaria fora das áreas delimitadas aos indígenas.

Imagem 2 – Croqui das áreas delimitadas aos índios do PI Apucarana em 14/03/1950



Fonte: SPI, 14/03/1950.¹⁹

A Ata da reunião de 14/03/1950 e o Croqui acima foram encaminhados para a Diretoria do SPI no dia seguinte, por meio do Relatório elaborado pelos representantes da IR7, com as informações e descrições de todos os territórios indígenas reestruturados pelo Acordo de 1949, inclusive as terras do PI Apucarana.²⁰

Entretanto, uma indicação de erro nos limites da área de 5.300 hectares foi levantada meses depois pela própria IR7. Destarte, em 12 de outubro de 1950, o inspetor Deocleciano de Souza Nenê encaminhou o Ofício nº 26 à Paulino de Almeida e Lourival da Mota Cabral, depois da visita ao PI Apucarana, no mês de agosto, para confirmar o aparente equívoco.

Pelo presente venho prestar-vos conta da incumbência que me confiaram, para ir até o Posto Indígena de Apucarana e ali verificar in-lóco, se houve

¹⁸ Toldo era o local de ocupação de um grupo indígena Kaingang, com suas moradias e ranchos, que contemplava toda a forma de vida Kaingang, com espaços de pesca, caça, coleta, bem como de festas e rituais.

¹⁹ SPI, 14/03/1950. Croqui das áreas delimitadas ao PI Apucarana, em 14 de março de 1950. Filme 76, Fotograma 251. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

²⁰ SPI, 15/03/1950. Relatório elaborado pelos representantes da IR7, sobre os territórios indígenas reestruturados pelo Acordo de 1949. Filme 76, Fotogramas 243-246. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

ou não engano na descrição de como deve ser tirada a gleba de 5.300 hectares de terras para os índios do rio Preto, cuja forma fui eu quem dei, em falta de melhores esclarecimentos, e que ficou constatada na ata lavrada em 14 de março do ano em curso, e verificação esta, por mim mesmo provocada, em virtude da informação que obtive do agrimensor Snr. Daniel Martins, que fez os levantamentos dos rios, Apucarana Grande, desde sua barra no rio Tibagi, até a barra do rio Preto, e por este acima até sua cabeceira, levantamento este, posterior a data de 14 de março, assim é que, segui em princípio de agosto último para aquele Posto, ali entrando no mato, em companhia do auxiliar de sertão Cezar Martins, e do Snr. Eduardo Stein, velho morador naquela área, tendo sido fiscal desta IR desde 1925, quando estava aquele mesma reserva jurisdicionada a povoação indígena de São Jerônimo, conhecedor perfeito daqueles matos e rios, por onde entrou várias vezes, caçando, e, com esses dois companheiros, percorremos, não só à cavalo, com à pé, a aquela região, me certificando que de fato me enganei no ter prestado informação da forma que ficou descrito, porquanto, a ser da maneira que foi feita, os índios ficarão fora da área.²¹

Portanto, o inspetor Deocleciano de Souza Nenê precisou se deslocar até ao PI Apucarana e constatar que houve falha na delimitação das terras daquele Posto e que, daquela forma, deixaria grande parte dos indígenas de fora da área. O inspetor Nenê informou que até o momento da reunião, de 14 de março de 1950, ainda não havia sido realizado o levantamento dos rios do PI Apucarana, principalmente devido às fortes chuvas que insistiam em acontecer no início daquele ano e a urgência do Governo do Paraná em definir imediatamente as áreas a serem demarcadas para os indígenas e as liberadas para a colonização, consideradas como terras devolutas. Reconhecendo o erro, o inspetor Nenê afirmou:

[...] porque eu fui quem errei na informação descrita na Ata, da área a ser tirada para os índios, pelo que venho agora, ainda em tempo solicitar retificação, devendo a parte para os índios, ser da barra do rio Preto para baixo no rio Apucarana, e não para cima, como foi dito, pois, eu calculei que a dita barra do rio Preto no Apucarana, fosse muito abaixo da Igrejinha, quando dita barra é desta bem próximo, o que só depois dos levantamentos dos rios, serviço feito posteriormente pelo Snr. Daniel Martins, é que ficou esclarecido.²²

Após o reconhecimento do próprio erro, o inspetor Nenê pronunciou quanto aos novos limites da área destinada aos indígenas:

21 SPI, 12/10/1950. Ofício no 26, de 12 de outubro de 1950, enviado pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, à Paulino de Almeida e Lourival da Mota Cabral. Filme 76, Fotograma 269-272. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

22 SPI, 12/10/1950. Ofício no 26, de 12 de outubro de 1950. Op. cit.

A nova área destinada aos indígenas referenciava os bairros Fihú e a usina como novos limites ao norte. A localidade denominada bairro do Fihú era comumente uma área arrendada para terceiros não indígenas. Essa nova proposta colocava a UHE do Apucarantina dentro do território indígena, ou seja, incorporando a localidade ocupada de arrendatários, conforme mostra a Imagem 3. Entretanto, percebe-se que alguns Toldos indígenas continuariam fora da nova área a ser demarcada definitivamente como PI Apucarana. Essa observação foi relatada pelo inspetor Nenê, quando enviou o Ofício nº 209/34, em 16 de novembro de 1950, para Otacílio Rochedo, representante da IR7, abordando as consequências do Acordo de 1949, no que tange a área de terras do PI Apucarana:

A qual calculava-se com cerca de 15.000 alqueires, ou sejam 36.300 hectares, mas em face o mencionado acordo vai ficar reduzida em 6.300 hectares para os índios, que, conforme entendimentos posteriores com esta Inspetoria, esses 6.300 hectares deverão serem medidos e demarcados em duas glebas; uma de 1.000 hectares aonde está o atual Posto, e outra de 5.300 hectares à margem esquerda do rio Apucarana Grande, abaixo da barra do rio Preto. De formas que reverterá para o Estado cerca de 30.000 hectares, que, de conformidade com a clausula sétima do referido acordo, o Governo do Estado, se utilizará para fins de colonização, e localização de imigrantes.²⁵

Essa proposta, desenhada no Croqui presente na Imagem 3, foi avaliada em 22 de dezembro de 1950, durante a:

Reunião dos membros da comissão designada para escolher e localizar as glebas a serem medidas e demarcadas para os índios, dentro das atuais áreas reservadas para os mesmos, abrangidas pelo acordo assinado pelos Snrs. Ministro da Agricultura e o Governador do Paraná, reunião essa para retificação das divisas da gleba de 5.300 hectares a ser medida e demarcada no Posto Indígena Apucarana.²⁶

A Ata dessa reunião evidenciou novamente a presença de João Vialle, representante do Estado do Paraná, e os três empregados da IR7 já citados. Durante a reunião, Lourival da Mota Cabral comunicou a Vialle o erro na delimitação da área destinada de 5.300 hectares aos indígenas do PI Apucarana, em 14 de março de 1950. Disse ainda que tal erro havia sido confirmado *in loco* pelo inspetor Nenê e que se mantivesse daquela forma:

25 SPI, 16/11/1950. Ofício no 209/34, de 16 de novembro de 1950, enviado pelo inspetor Deocleciano de Souza Nenê, ao representante da IR7, Otacílio Rochedo. Filme 70, Fotograma 192. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

26 SPI, 22/12/1950. Ata da Reunião dos membros da comissão, designada para escolher e localizar as glebas a serem medidas e demarcadas para os índios. Filme 48, Fotograma 1468. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

[...] os índios ficariam fora da terra a ser-lhes demarcada, a qual abrangeria também o bairro da Igrejinha, povoado de sertanejos. Este fato, causaria grandes despesas para o Estado, e para a Inspetoria, e sérios aborrecimentos, devido a dificuldade de mudança dos índios como também dos sertanejos a serem transferidos.²⁷

Essa passagem da Ata evidencia novamente que o território, reservado aos indígenas do Apucarana desde 1900, estava povoado com muitos não-índios, como os sertanejos citados no documento. Os novos limites propostos pelo órgão indigenista foram aceitos pelo representante do Governo do Paraná, sendo elaborada a retificação necessária e o Termo de Aditamento à Ata de 14 de março de 1950. Dessa forma, a área indígena reestruturada, devido ao Acordo de 1949, estava dividida em duas localidades: uma na Campininha, onde estava a sede do Posto, com mil hectares; e a outra na margem esquerda dos rios Apucarana e Tibagi, até limites com a usina, na margem direita do rio Apucarantina, com 5.300ha.

Com a saída do governador Lupion, no início de 1951, o SPI procurou reverter o Acordo de 1949, buscando assegurar maior quantidade de terras aos indígenas. Isso fica evidente quando analisado o Ofício nº 112, de 11 de maio de 1951, enviado pela IR7 ao Governador Bento Munhoz da Rocha Neto:

Conforme entendimento pessoal que tive a honra de tratar com V. Excia, comunico que estou apenas aguardando autorização da Diretoria deste Serviço, à qual foram prestados todos os informes necessários, para novamente me dirigir à V. Excia, afim de serem iniciadas as démarches para revogação do Acordo sobre as terras dos índios neste Estado e a realização de novo Acordo, com cláusulas mais honrosas e humanas aos índios e civilizados que habitam as reservas indígenas. Valho-me do ensejo para solicitar de V. Excia. a fineza de determinar a anulação do Decreto Estadual nº 13.722, de 19-1-51, medida que solicitei de V. Excia, e que reputo de suma importância para o bom êxito do novo Acordo. Contando com o espírito justiceiro que V. Excia, tem demonstrado em todos os atos tomados à frente do Executivo Estadual, pode V. Excia, acreditar, desde já, na imorredoura gratidão dos selvícolas paranaenses, reconhecimento sincero do Serviço de Proteção aos Índios bem como os nossos apoucados préstimos em colaborar, irrestritamente, com o Governo profícuo e esclarecido de V. Excia.²⁸

Aproveitando do jogo político no estado, em que Bento Munhoz era opositor de Moisés Lupion, o órgão indigenista procurou negociar novamente o tamanho das

27 SPI, 22/12/1950. Ata da Reunião dos membros da comissão. Op. cit.

28 SPI, 11/05/1951. Ofício no 112, de 11 de maio de 1951, enviado pela IR7 ao Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Filme 70, Fotografia 279. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

áreas destinadas aos indígenas, reivindicando a revogação do Acordo de 1949. Um dos motivos argumentado pelo SPI era a questão dos conflitos envolvendo índios e não-índios na reestruturação das áreas, conforme se verifica no Telegrama nº 124, de 22 de junho de 1951, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI.

Conhecimento dessa Diretoria comunico ontem novamente mantive entendimento senhor Governador Estado Paraná, ficou estudar caso reconsideração Acordo juntamente Diretor Fundação Colonização e Imigração. Sigo amanhã PI Apucarana apreciar in-loco situação Posto e tomar medidas necessárias evitar se propale aquela área indígena conflitos sangrentos todo norte Estado motivados questão terras. Solicito vossa aprovação.²⁹

O citado Telegrama deixa claro o clima de tensão no PI Apucarana, em virtude da questão territorial. Usando-se desse argumento e adotando diferentes estratégias, os representantes da IR7 procuravam convencer o novo governo estadual a rever o Acordo de 1949. Uma dessas estratégias era contar com o prestígio do Marechal Rondon, conforme revela o Telegrama no 129, de 23 de junho de 1951, enviado pela IR7 ao SPI no Rio de Janeiro.

Sou opinião será grande conveniência SPI General Rondon telegrafar Governador deste Estado invocando espírito esclarecido ilustre paranaense anular ou reconsiderar nefando acordo terras índios. Tal medida além tudo servirá alertar entendimentos esta IR.³⁰

Contando com a aparente aliança junto a Bento Munhoz, o órgão indigenista procurou agilizar um novo Acordo, assegurando áreas maiores que as propostas por Lupion em 1949. Em se tratando das terras do PI Apucarana, o Ofício nº 214, de 13 de setembro de 1951, enviado pela IR7 ao diretor do SPI, traz importantes informações.

Da exposição feita pelo nosso Ofício no 173, de 29-8-51, apenso ao processo S.O. no 2.108/49, constou como de 50.000 hectares a área total aproximada do Posto Indígena Apucarana, da qual reivindicamos 12.100 hectares; levantado o perímetro daquela reserva indígena encontrou-se 45.864,92 hectares. Entrando em entendimentos com o Dr. Djalma Rocha Al-Chuyer, Diretor da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (Departamento que ficará de posse das terras ligadas ao Acordo), afim de apressar as démarches levadas a efeito, após consultar por telefone e obter aprovação, esta Inspeção concordou, em estabelecer uma proporção

29 SPI, 22/06/1951. Telegrama no 124, de 22 de junho de 1951, enviado pela IR7 à Diretoria do SPI. Filme 73, Fotograma 1757. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

30 SPI, 23/06/1951. Telegrama no 129, de 23 de junho de 1951, enviado pela IR7 ao diretor do SPI no Rio de Janeiro. Filme 70, Fotograma 290. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

justa e razoável da área que reivindicamos de 12.100 para 11.100 hectares, o que ficou devidamente assentado. Nestes próximos 3 ou 4 dias serão atacados os serviços da demarcação da área de 11.100 hectares que nos caberá no PI Apucarana e logo a seguir idêntica medida será tomada nos demais Postos atingidos pelo Acordo.³¹

Entremeio aos debates dos limites e tamanho da área destinada aos índios do PI Apucarana, o SPI optava pela mudança da sede do Posto, retificando as duas áreas propostas anteriormente, que somavam 6.300 hectares, para uma área somente, com a perspectiva de 11.100 hectares. O Ofício nº 216, de 14 de setembro de 1951, enviado pela IR7 à Direção do SPI, sinalizou essa mudança.

Conforme vos expliquei verbalmente, bem como ao Snr. Assistente Jurídico deste Serviço, esta Inspeção era de parecer que, para evitar maiores delongas, devia cooperar com o Governo deste Estado para o cabal cumprimento das cláusulas do Acordo que atingiu as terras pertencentes aos índios, responsabilizando-se pela construção das benfeitorias a serem feitas no PI Apucarana, o único dos Postos atingidos pelo Acordo que terá de transferir sua sede para outro local, em virtude da nova localização das terras à serem demarcadas para os índios, assunto que, mediante vossa aprovação, ficou devidamente assentado junto à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.³²

Na verdade, sob o pretexto de cooperação com o governo estadual, o SPI buscava garantir áreas que contemplassem a maior parte dos Toldos dos índios, bem como da localidade próxima à UHE do Apucarantina. Além disso, o Processo SPI nº 2.330/48, citado pela IR7, em 24 de setembro de 1951, apontou outros motivos para a mudança da sede do Posto e da área escolhida para o PI Apucarana.

Senhor Diretor, a área invadida pela firma J. Sguario & Cia, em corte de pinheiros, está localizada na parte que reverterá ao Estado pelo Acordo em efetivação, e atualmente nenhuma providência requer desta IR. Ao escolher a gleba destinada aos índios, no PI Apucarana, tivemos o máximo cuidado não só em separar zonas de pinhais e ótimas terras para agricultura, como também observar as questões de limites, que em sua maioria, foram feitos por volumosos cursos d'água, o que nos assegurará a maior tranquilidade futuramente.³³

31 SPI, 13/09/1951. Ofício no 214, de 13 de setembro de 1951, enviado pela IR7 ao diretor do SPI. Filme 73, Fotograma 1770. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

32 SPI, 14/09/1951. Ofício no 216, de 14 de setembro de 1951, enviado pela IR7 à direção do SPI. Filme 73, Fotograma 1773. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

33 SPI, 24/09/1951. Correspondência enviada pela IR7, em 24 de setembro de 1951, à direção do SPI no Rio de Janeiro. Filme 73, Fotograma 1777. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

As zonas de pinheiros e as terras de boa qualidade para a agricultura eram para garantir o desenvolvimento econômico do PI Apucarana, na perspectiva do órgão indigenista, livrando-se de áreas invadidas por madeiras, colonos e intrusos, que há anos exploravam e esgotavam os recursos naturais do Território Indígena Apucarana, sobretudo, a madeira. Sobre essa perspectiva, Alan Cardec, então encarregado do Posto, enviou o Ofício nº 13, em 8 de outubro de 1951, expondo a IR7 as dificuldades financeiras enfrentadas pelo PI Apucarana, após o Acordo de 1949.

Originadas pelo acordo efetuado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, as atividades deste Posto tiveram paralisação quase que completa, principalmente com a extinção de sua maior fonte de renda: cobrança de foro aos intrusos que habitavam a área indígena. [...] São estas as perspectivas que temos de enfrentar ao iniciarmos os trabalhos de reorganização deste Posto, agora em terras definitivamente regularizadas e tituladas e em local previamente estabelecido. Esperamos, dentro de poucos meses estar com todos os serviços concluídos e o Posto em pleno funcionamento, para atender às nossas finalidades neste setor.³⁴

Após um período de intenso diálogo com o Governo Bento Munhoz, finalmente, chegou-se ao consenso em relação às áreas indígenas reestruturadas pelo Acordo de 1949. O Telegrama nº 55, de 20 de maio de 1954, enviado pela IR7 para a Diretoria do SPI, apresentou detalhes dessa negociação.

Tenho grata satisfação comunicar que em data de ontem Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Paraná, homologou processo doação area de vinte e sete mil e quinze hectares de terras, favoravel SPI Postos Apucarana, Ivaí, Queimadas, Mangueirinha, Rio das Cobras e Faxinal, deste Estado, reivindicação superior ao acordo firmado entre Ministério Agricultura e Governo Paraná ano mil novecentos e quarenta e nove, por cujo acordo Serviço receberia somente vinte e três mil seiscentos e trinta hectares, somando com a doação atual uma area de cinquenta mil seiscentos e quarenta e cinco hectares favor SPI. Resta somente assinatura escrituras definitivas as quais estão sendo providenciadas. Não posso deixar de louvar espírito público Senhor Governador Estado Doutor Bento Munhoz da Rocha Neto e Djalma Rocha Alchueyr, Presidente Fundação Paranaense Colonização e Imigração, os quais tudo fizeram fim ser reconhecido direitos indios aludidos Postos.³⁵

Dessa forma, a relação aparentemente amistosa do SPI com o Governo Bento

34 SPI, 08/10/1951. Ofício no 13, de 8 de outubro de 1951, enviado pelo encarregado Alan Cardec, à IR7. Filme 73, Fotograma 1780. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

35 SPI, 20/05/1954. Telegrama no 55, de 20 de maio de 1954, enviado pela IR7 para a Diretoria do SPI. Filme 70, Fotograma 630. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

Munhoz garantiu provisoriamente áreas maiores aos seis PIs envolvidos no Acordo de 1949. Em relação ao PI Apucarana, a IR7 desejava assegurar os 11.100 hectares conforme já exposto. Entretanto, alguns incidentes estremeceram a relação amistosa entre o órgão indigenista e o Governo do Paraná. A Correspondência da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) à Diretoria do SPI, em 3 de novembro de 1955, exemplifica um desses incidentes.

Tem chegado ao conhecimento desta Presidência que o SPI vem procedendo derrubadas de pinheiros em lotes da Colônia Apucarantina de propriedade desta Fundação, sob a invocação de contrato existentes entre as duas instituições, como ocorre, entre outros com o lote nº 467 da Gleba nº 3 comprometido ao senhor Ermiro Lemes. Como efetivamente não existe nenhum contrato de vendas de pinheiros desta Fundação para o SPI, é o presente para solicitar as urgentes providências de V. Exa., no sentido de mandar suspender imediatamente o corte de pinheiros naquela Colônia.³⁶

Destarte, os limites territoriais e as atividades em andamento provocavam desentendimentos entre os representantes do Governo do Paraná e os agentes do SPI, bem como das madeireiras, colonos, intrusos e também os indígenas ali presentes. A resposta da IR7, ao questionamento acima, ocorreu pelo Ofício nº 262, em 5 de novembro de 1955.

Não existe qualquer contrato de venda de pinheiros da FPCI ao SPI, mas sim que conforme acordo entre este Serviço e esta Repartição tocou a este, naquela região, uma área de 12.100 ha. para a instalação do Posto Indígena Apucarana, área essa que seria medida e demarcada pela Fundação.³⁷

O inspetor da IR7, Dival José de Souza, citou a demora na medição e demarcação das terras destinadas aos índios, após o acordo entre o SPI e FPCI, onde seria instalada a sede do PI Apucarana, conforme gleba escolhida pelo órgão indigenista, “[...] abrangendo, ainda, a mesma área, os índios ali residentes, para posteriormente, então, ser objeto de um levantamento exato.”³⁸ Durante o período, foi firmado um acordo com a serraria Moacyr Vianna & Cia Ltda para a exploração de pinheiros na área escolhida pelo SPI. Entretanto, com os acertos nas divisas da área pertencente ao Posto, alguns pinheiros ficaram de fora, mas já estavam comprometidos com a empresa citada.

36 SPI, 03/11/1955. Correspondência enviada pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração à Diretoria do SPI, em 3 de novembro de 1955. Filme 73, Fotograma 1905. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

37 SPI, 05/11/1955. Ofício no 262, de 5 de novembro de 1955, enviado pela IR7 à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Filme 73, Fotogramas 1907-1908. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

38 SPI, 05/11/1955. Ofício no 262, de 5 de novembro de 1955. Op. cit.

Nestas condições, acredita esta chefia que face aos presentes esclarecimentos, manterá esta presidência o critério anteriormente adotado, levando ao conhecimento dos compradores de lotes a necessidade de serem respeitados todos os pinheiros marcados pelo SPI, muito embora ditos lotes não integrem mais a área do PI de Apucarana, agora já delimitada em definitivo.³⁹

Com o retorno de Moisés Lupion ao Governo do Paraná, no início de 1956, as negociações referentes ao Acordo de 1949 foram encerradas, retornando às suas determinações iniciais. Em 21 de fevereiro de 1956, a FPCI enviou uma Correspondência a IR7, com o seguinte comunicado:

Pelo presente solicito que Vossa Senhoria indique um representante do Serviço de Proteção aos Índios para acompanhar e indicar aos funcionários desta Fundação o local, na Colônia Apucarantina, em que deverá ser demarcada a área de 6.300 hectares constitutiva de reserva indígena, conforme Acordo assinado com o Estado do Paraná.⁴⁰

Dessa forma, a área de 11.100 hectares, para o PI Apucarana, acertada com o governo anterior, já não era mais cogitada pelos comandados de Lupion. Além disso, a FPCI cobrou a IR7 pela não execução da retirada dos intrusos na área indígena do Apucarana, conforme cláusula do Acordo de 1949. O Ofício nº 265, de 11 de outubro de 1956, enviado pela IR7 à FPCI, respondeu esse questionamento da seguinte forma:

Quanto à ocorrência no mesmo mencionada, relativa á infiltração de intrusos na área do PI Apucarana, esclareço a V. S.a que tal fato não é, propriamente, o que está sucedendo, pois, um dos maiores cuidados de todos os responsáveis pelas unidades componentes do SPI, é justamente, o de evitar o intrusamento das respectivas áreas. Sucede sim que a gleba do PI apucarana, entregue a este serviço como resultante do Acordo a propósito firmado com este Estado, já tinha em seu meio alguns intrusos, gente de poucos recursos e que dado a isso, não foram dela alijados por uma medida de caráter social e humano, apesar do supracitado Acordo estipular a entrega da área livre e desembaraçada dos mesmos.⁴¹

As divergências, as contradições e os litígios permaneceriam constantes na área destinada ao PI Apucarana, bem como no seu entorno, sobretudo, nas terras outrora

39 SPI, 05/11/1955. Ofício no 262, de 5 de novembro de 1955. Op. cit.

40 SPI, 21/02/1956. Correspondência enviada pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração à IR7, em 21 de fevereiro de 1956. Filme 73, Fotograma 1910. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

41 SPI, 11/10/1956. Ofício no 265, de 11 de outubro de 1956, enviado pela IR7 à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Filme 73, Fotograma 1922. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

reservadas aos Kaingang. As fronteiras do novo território demorariam para ser fixadas, com intensa resistência dos indígenas, que habitavam seus tradicionais Toldos nas mais diferentes localidades daquela região.

O Telegrama nº 376, de 7 de abril de 1965, enviado pela Diretoria do SPI à IR7, demonstra a presença dos problemas para a legalização da área destinada ao PI Apucarana, pois o documento solicitava que “[...] informe-nos, imediatamente, nome exato e completo advogados dessa Inspetoria. Determinamos, outrossim, trazer todos processos relativos problemas terra, fim equacionamento respectiva solução.”⁴²

Após um período de quase duas décadas de embates, o SPI comunicava que a área do PI Apucarana estava regularizada com seus 6.300ha, seguindo o estipulado pelos critérios do Acordo de 1949. Conforme Relatório Mensal, em 7 de dezembro de 1967, a área situava-se no Município de Londrina, Distrito de Tamarana, com Certificado de Escritura Pública, registrada no 5º Tabelião, em Curitiba.⁴³

A política indígena diante do Acordo de 1949

Durante as negociações com o governo do Paraná o SPI acabou reestruturando o PI Apucarana, alterando o local da sede do Posto. A saída do Toldo Campininha permitiu que a área destinada aos indígenas, após o Acordo de 1949, não mais ficasse dividida, mas apenas em uma área contígua. Primeiramente, em novembro de 1951, a sede foi transferida para o Toldo do Capitão Luiz, banhada pela Água do Gregório.⁴⁴ Após, em outubro de 1952, sob a alegação de se beneficiar com o fornecimento de energia elétrica, o órgão indigenista alterou novamente a sede do PI Apucarana, para mais próximo da UHE do Apucarantina. Atualmente esta localidade contempla a aldeia sede da TI Apucarantina.

Contudo, este processo de territorialização dos Kaingang do Apucarana não foi definido apenas pelo governo do estado ou pelo órgão indigenista. Os indígenas fizeram leitura do que estava ocorrendo e estabeleceram ações estratégicas diferenciadas para garantir seus objetivos. Portanto, os Kaingang se relacionaram com os demais sujeitos históricos presentes naquele contexto, sendo necessário compreender estas relações, para o entendimento da historicidade do Território Indígena Apucarana. O processo de reestruturação desta área demorou praticamente duas décadas, em virtude da luta e resistência indígena, que continuam presentes nas atuais ações de retomadas de suas antigas terras.

42 SPI, 07/04/1965. Telegrama no 376, de 7 de abril de 1965, enviado pela Diretoria do SPI à IR7. Filme 70, Fotograma 1590. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

43 SPI, 07/12/1967. Relatório Mensal de Novembro de 1967. Filme 71, Fotograma 1720. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

44 SPI, 30/11/1951. Relatório Mensal de Novembro de 1951, elaborado pelo encarregado do PI Apucarana, Alan Cardec Martins Pedrosa, enviado à IR7. Filme 48, Fotogramas 1491-1492. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

Buscar compreender melhor [...] as motivações e significados das ações realizadas por indígenas implica lançar outra luz sobre eventos e personagens da história nacional. As repercussões disso frequentemente vão muito além da temática indígena e dos objetos usuais da etnologia.⁴⁵

O protagonismo indígena precisa ser revelado por meio da etno-história, que o revela tanto na documentação escrita, quanto pelos depoimentos orais dos próprios indígenas, coletados *in loco*, valorizando seus conhecimentos, suas tradições e sua memória.⁴⁶ Essas fontes tornaram concreta a hipótese de participação dos Kaingang em todo o processo de reestruturação do seu território.

O inspetor Deocleciano de Souza Nenê deixou evidente a ação indígena, quando assumiu o erro na definição da área de 5.300 hectares, expondo a localização da nova área.

Desta forma os dois toldos maiores de índios ficarão dentro da área, evitando-se os inconvenientes, e o que é mais impossível de transferir todos esses índios, ainda que perto como é, relativamente, isso eu o afirmo porque tive ocasião de observar dos índios dali. Diante disto sugiro se convide o Snr. João Vialle, como representante do Governo do Estado, demarcando dia e hora, para reunir-mos, afim de se lavrar uma outra ata em aditamento a que foi dada [...].⁴⁷

Destarte, o inspetor deixa evidente a resistência dos grupos indígenas em sair dos seus territórios tradicionalmente ocupados, sendo praticamente impossível transferi-los para outros locais. Essa afirmação destaca mais uma vez a articulação dos indígenas, suas estratégias políticas e sua luta frente ao processo de expropriação das suas terras. Essa ideia se corrobora com a informação dos dos “sérios aborrecimentos, devido a dificuldade de mudança dos índios.”⁴⁸

As entrevistas orais realizadas com alguns membros da comunidade indígena do Apucarantina, durante os trabalhos da pesquisa etnográfica, demonstram a resistência e luta Kaingang na permanência em seus Toldos de outrora, assim como a estratégia em sair dos locais tradicionais, mudando-se para outros territórios, inclusive, para próximo da nova sede do PI Apucarana e da UHE do Apucarantina. É importante dizer que a fase inicial da concentração de Toldos perto da usina ocorreu entre 1946 a 1950, antes mesmo das definições do Acordo de 1949, ou seja, os deslocamentos não podem ser tratados meramente como algo imposto pelas frentes colonizadoras ou por

45 OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 8.

46 MOTA, Lúcio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. Patrimônio e Memória. Assis, v. 10, n. 2. p. 5-16, 2014.

47 SPI, 12/10/1950. Ofício no 26, de 12 de outubro de 1950. Op. cit.

48 SPI, 22/12/1950. Ata da Reunião dos membros da comissão. Op. cit.

determinações do órgão indigenista. Contudo, inegavelmente, a presença da nova sede e o avanço das negociações para a definição da área, correspondente aos 6.300ha, intensificou o deslocamento de famílias indígenas para a novo local do PI Apucarana.

Os depoimentos revelaram o conhecimento dos indígenas em relação aos seus antigos locais de moradia. O Sr. João Cardoso demonstrou uma parte da área que correspondia ao Território Indígena Apucarana, como o local do antigo Toldo Campininha e da primeira sede do Posto, edificada em 1942. Todos os entrevistados demonstraram saber exatamente onde eram esses locais, revelando a memória e a oralidade presentes na comunidade Kaingang do Apucarantina, que compreende sua historicidade. O Sr. José Bonifácio, acompanhado da Dona Gilda Kuitá, também indicou o local da primeira sede do PI Apucarana e do Toldo Campininha. Os depoimentos corroboram as informações do SPI, que colocam o Toldo Campininha bem próximo da primeira sede do PI Apucarana. São locais distantes da atual TI Apucarantina, conforme o Mapa 2.

O Sr. Raul Pereira deu um importante depoimento quando questionado sobre os antigos locais ocupados pelos Kaingang daquela região:

Fui nascido aqui, lugar onde era toldo também, lá do Moreira [...] era uma carreira assim, onde era riozinho que desce assim [...] no lado, para cá também tinha, eles fizeram até carreira nos ranchos deles, onde nós viu, onde nós paremo e daí falei pra ele onde a gente mora é aqui, naquele riozinho que desce, que cada lado tinha um [...] É tinha, nessa base, mais ou menos, doze ou vinte casas de índios. Tinha um riozinho que desce, lá onde eu falei pra vocês, quando passemos assim, que não era inglês né. Aquele riozinho que vem de lá [...] Pra cima onde é sede lá, então já tinha assim, a carreira das casas dos índios, os ranchos né.⁴⁹

Nota-se a citação de dois outros Toldos: o dos Moreiras e o do Inglês, ambos em localidades fora da atual TI Apucarantina. A memória do Sr. Raul Pereira em descrever a localização das casas, citando os rios, a posição dos ranchos, demonstra como os índios tinham (e ainda têm) o conhecimento do seu território outrora ocupado, que passou pelo processo de esbulho, com seu auge, durante as negociações referentes ao Acordo de 1949.

O Sr. José Bonifácio e a Dona Gilda Kuitá demonstraram outros antigos locais de moradias dos Kaingang, como os Toldos: Serra do Arreio, Arroio Grande, Apucarana Grande e Rio Preto. Neste último se localiza a Igrejinha e um cemitério, com muitos indígenas enterrados. Local de muitas lembranças para o Sr. José Bonifácio e Dona Gilda e de muitas histórias para os Kaingang da TI Apucarantina. São Toldos que não

49 RAUL PEREIRA. Depoimento de Raul Pereira. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucarantina - Município de Tamarana, 28 de março de 2017. Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM), Maringá - Pr. 2017.

pertencem mais à atual TI Apucarantina, com exceção de uma parte do Toldo Apucarana Grande, na margem esquerda do rio Apucarana, que ainda se encontra em área indígena.

Outro local de moradia antiga dos indígenas era o Toldo Apucarana, também chamado de Posto Velho, muito próximo da Água do Gregório, citada nos documentos como local do PI Apucarana, logo após sua saída do Toldo Campininha em 1951. Nesse local, muitas famílias indígenas viveram até recentemente. Hoje, porém, há apenas uma casa no local, da neta do antigo Cacique Gregório, muito citado nos Relatórios dos encarregados do Posto, nos anos 1940 e 1950. Esse local e o Toldo Barreiro permaneceram na área que constitui a atual TI Apucarantina, como pode ser observado no Mapa 2.

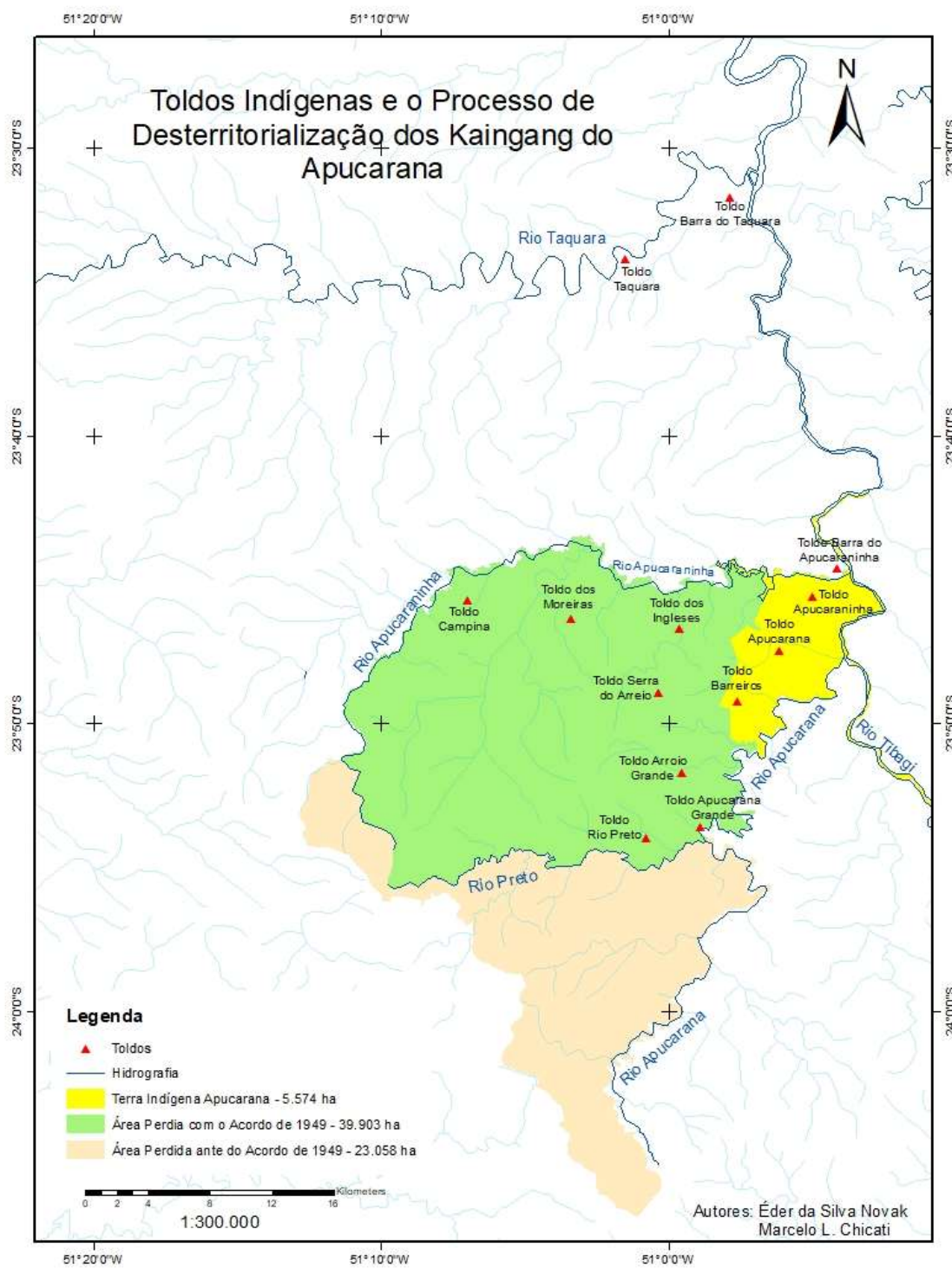
Todos esses locais apontados pelos entrevistados estavam compreendidos no interior do território indígena reservado aos Kaingang desde 1900. Apenas o Posto Velho e o Toldo Barreiro ficaram no interior das áreas destinadas aos índios após a conclusão das negociações do Acordo de 1949. Entretanto, existiam ainda outros Toldos, fora da área dos 68 mil ha, como revelaram o Sr. Elói Zacarias e o Sr. Pedro de Almeida. O primeiro informou ter nascido na aldeia do rio Taquara (Toldo Barra do Taquara) e que ainda menino foi para o Toldo Rio Preto. O segundo narrou algumas histórias dos índios do Apucarana, iniciando com a de sua família:

[...] A minha vó, os meus parentes, a minha família é de Taquara, fica ali perto dá, aqui perto de Londrina mesmo. Ali tinha uma área indígena, uma aldeia que os índios moravam ali e minha família são dali mesmo e aí eu nasci, dali mesmo né, aí quando, diz minha vó, falava, quando eu tava com dois anos aí eles, o chefe branco, o chefe do posto pediu pra todos índios morarem lá no Apucarantina.⁵⁰

A família de Pedro de Almeida tem suas origens no Toldo Taquara, hoje próximo de onde fica a ponte sobre o rio Taquara, na chamada Estrada Velha, que liga Londrina à UHE do Apucarantina, passando pelos distritos de Irerê, Paiquerê e Guairacá. Tanto o Toldo Taquara, quanto o lugar de origem da família do Sr. Elói Zacarias, não estavam situados no Território Indígena Apucarana, reservado aos índios em 1900. Entretanto, conforme o Sr. Pedro de Almeida, o Toldo Taquara contemplava algumas famílias indígenas ainda na década de 1950. Nascido em 1955, ele revelou que com dois anos de idade, portanto em 1957, sua família mudou-se para o Apucarantina, seguindo o processo de concentração dos Kaingang nas proximidades da nova sede do Posto.

50 PEDRO ALMEIDA. Depoimento de Pedro Kagre Kãg Candido de Almeida. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucarantina – Município de Tamarana, 30 de março de 2017. Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM), Maringá – Pr. 2017.

Mapa 2 – Os Toldos do Território Indígena Apucarana



Autores: Éder da Silva Novak e Marcelo L. Chicati.

Além dos Toldos presentes no rio Taquara, os indígenas citaram o antigo Toldo na margem esquerda do rio Apucarantina, do lado oposto onde se assentou a usina, também situado fora do Território Indígena Apucarana reservado em 1900. Trata-se de uma antiga moradia dos índios, ainda habitada em 1910, mas que nos anos 1930 não contava mais com moradores indígenas.⁵¹ Neste local também há um cemitério com índios enterrados.

Os depoimentos e os deslocamentos por todo o antigo Território Indígena Apucarana, na companhia dos índios, permitem afirmar que eram muitos os locais habitados pelos Kaingang. O Mapa 2 apresenta todos os Toldos informados pelos indígenas, inclusive, com os que estavam fora do território reservado em 1900. Dessa forma, mesmo após meio século, as políticas indigenistas ainda não haviam conseguido concentrar os índios na área a estes destinada, evidenciando a resistência e as ações dos indígenas em defesa dos seus territórios.

Importante frisar as relações de alguns índios, como o Cacique Gregório, que era próximo do encarregado do Posto, recebendo, inclusive, prêmios por sua atuação junto ao órgão indigenista. O Sr. Raul Pereira deixa a entender que o Cacique Gregório era como um interlocutor de Alan Cardec, comunicando aos índios a necessidade de mudar dos seus antigos Toldos, pois essas áreas estavam vendidas, e deslocar para perto da nova sede do PI Apucarana. O Sr. João Cardoso complementou que o Gregório era um dos líderes dos índios, residente no Toldo Barreiro, que não chegou morar na atual sede do Posto, mas vinha constantemente a serviço do encarregado, “[...] não, pra morar não. Ele ficou lá sempre, ele morreu lá. Eu sei onde mais ou menos ele morava lá, pra cá do Barreiro.”⁵²

Se por um lado, o Cacique Gregório procurou colaborar com o órgão indigenista nos deslocamentos dos índios para o novo território destinado, por outro, conseguiu, com essa relação com o encarregado do PI Apucarana, assegurar que o Toldo Barreiro e o Posto Velho permanecessem enquanto área indígena e sob sua liderança. Destarte, os indígenas dos Toldos que ficaram de fora da área negociada resistiram por muitos anos para sair das terras. Somente em fins da década de 1960, é que os Kaingang foram concentrados na área de 6.300 hectares a eles demarcados.

Por exemplo a própria família do Sr. José Bonifácio, que durante a passagem pelo Toldo Apucarana Grande, nas margens do rio Apucarana, realizou o seguinte depoimento:

51 MOTA, Lúcio Tadeu. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. Antíteses. Londrina, v. 7, n. 13, p. 358-391, 2014.

52 JOÃO CARDOSO. Depoimento de João Krág Mág Cardoso Neto. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucarantina – Município de Tamarana, 28 de março de 2017. Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM), Maringá – Pr. 2017.

É por que daí eu era um rapaz novo sabe, eu me criei na beira desse rio aqui, me criei na beira desse rio, junto com meu avô, meu pai, armava pari, pegava peixe, chamava ao outros pra vir comer peixe na beira do rio, sabe e quando tava caindo muito peixe no pari, daí eles convida o povo lá pra vir comer os peixe na beira do rio, eles já vinha com a comida deles, é, é bolo azedo, eles trazia tudo, emi, tudo, a comida da gente, trazia milho, sabe. Trazia e nós ficava aí uns par de dia na beira do rio, sempre nós vivia junto, a cultura da gente é viver junto e matar um bichinho, matar um cateto e eles chama os velhinho e come tudo junto na beira do rio, quando eles vão achar, que já tem um índio que já é preparado, sabe, pra, pra ver onde tem o mel, tem a abelha, sabe, e ele já sabia onde tem o mel, ele pegava ali, ia lá furava, pegava mel e trazia, fazia guarapa na beira do rio, depois que eles comia peixe assado, tudo, eles fazia aquelas guarapa de mel tudo e bebia tudo junto ali, esse era a vida deles, sabe, nesse tempo, sabe, e eu fui criado na beira desse rio, quando eu tava com 14 anos aí que eu fui lá para o posto lá na sede do Apucarantina, daí.⁵³

Conforme as lembranças do Sr. José Bonifácio e a sua idade, a saída do Toldo Apucarana Grande, aos 14 anos, se deu no final da década de 1960, entre 1966-1969. O diálogo com o Sr. José Bonifácio também apresentou esclarecimentos quanto aos deslocamentos dos índios para a nova sede do Posto.

É por que daí, não tinha, aí não tinha aquela sede lá, aí era tudo morava assim ali perto da sede ali, tudo tinha lugar de morar, onde né, tem vez que eles se junta né aí entra a família, o genro, eles faz uma moradia junto pra eles poder plantar alguma coisa, fazer uma rocinha, então, assim foi, sabe, porque aquele tempo não tinha escola né, então, daí nós era tudo esparramado, não tinha lugar de morar tudo sabe, então, daí foi assim sabe aí nós fomos, aí o chefe do posto entrou lá, foi um tal de Joãozinho parece, conheceu o Alan tudo, aí depois o Joãozinho entrou lá aí que juntaram, juntaram, fizeram uma escola, posto de saúde, aí que começou a juntar os índios naquele lugar ali, aí foram se juntando, aí foram construindo uma casa, montaram uma serraria aí foram construindo uma casinhas pros índios, aí eles foram juntando, por causa da escola, posto saúde, daí que veio o posto de saúde também, fizeram uma [...] aí que começamos a se juntar ali. Mais ou menos, mais ou menos, uns 60, 63 [...] Aí foram juntando os índios já começou a trabalhar, uns entraram na serraria trabalhar junto com o chefe do posto, sabe, foi assim, sabe.⁵⁴

Portanto, deve se considerar a mudança da sede do PI Apucarana, a estrutura em torno dela e as negociações para a concretização do Acordo de 1949. Evidentemente, o

53 JOSÉ BONIFÁCIO. Depoimento de José Ekór Bonifácio. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucarantina - Município de Tamarana, 29 de março de 2017. Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM), Maringá - Pr. 2017.

54 JOSÉ BONIFÁCIO. Depoimento de José Ekór Bonifácio. Op. cit.

órgão indigenista procurava agrupar os índios na nova sede do PI Apucarana e uma das formas de convencimento era a possibilidade de estudar na escola do Posto. Esta proposta pode ter despertado o interesse de algumas famílias indígenas, ao mesmo tempo renegada por tantas outras. O que denota são as ações intercruzadas dos Kaingang no processo de territorialização da área indígena, pois alguns foram se aproximando da estrutura da nova sede, de forma lenta e gradual, enquanto outros permaneceram nas suas antigas moradias.

O Sr. Elói Zacarias citou com precisão os limites do antigo Território Indígena Apucarana. Informou de forma exata o perímetro da atual área da TI Apucarantina, desde a sua reestruturação, com o total de 2.600 alqueires, equivalentes aos 6.300 hectares estabelecidos pelo Acordo de 1949.

[...] daí eles abriu muita estrada, aí o Alan quando entrou lá, entrou lá né, casou lá, casou, quando ele casou ele mudou esse posto aqui, daí já fizeram essa medida, aqui é Tibagi. Tibagi e aqui é Apucarana que veio de lá de Ortigueira e daí, pra cá era dos índios e pra cá era Apucarantina também, aqui desce por aqui, aqui ó, aqui era posto velho dos índios [...] então diz que, diz que eu não sei porque, nesse tempo eu era pequeno, tudo, tudo aqui era dos índios, aqui já caiu no Tibagi também dos índios, mas depois quando lotearam, lotearam aqui, deram só isso aqui pros índios, só isso aqui, aí isso aqui diz que era dois mil e seiscientos alqueires, isso aqui já era sobra [...].⁵⁵

O Sr. Elói sabe do imenso território expropriado dos indígenas naquele contexto, mas ressaltou a luta e a resistência desses em sair dos seus antigos Toldos.

Naquele tempo os índios morava no mato, tudo no mato, tudo, tudo, daí o Alan fez, o Alan fez muitas casas aí de madeira serrado né, fez umas casas boa e fez escola, daí ele fez cruz pros índios, fez igreja pros índios, daí o índio que tava fora no mato ele mandava vir, mandava vir, mora aí, mora aí, que esse aqui, esse divisa foi sogro do Alan que fez também, sogro do Alan, daí um dia ele falou pra mim, naquele tempo eu era novo e não sabia ainda de nada, ele falou pra mim, meu sogro pegou empreita do governo, ele falava assim do governo, pegou empreita, ele sabe tudo, tudo esses área dos índios, então, meu sogro pegou, peguei pra ele, ele falou pra mim, peguei pra ele, o governo mandou eu empreitar pra ele, então, o governo pagou pra ele, eu conheço ele, chamava Benvenuti, sogro do Alan, daí fizeram o que ele fez aí, esse divisa primeiro, depois outro ano fizeram mais outra divisa, mais pra cá e outra divisa de primeira era mais um pouquinho, mas daí entraram os brancos também lá, não sei se foi vendido e foi muito branco que entrou aí e os índios que morava lá, algum, vinha morar aí, algum índio vinha morar aí, daí o Alan falava aqui tem

55 ELÓI ZACARIAS. Depoimento de Elói Zacarias Nogueira Pipir. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucarantina - Município de Tamarana, 29 de março de 2017. Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM), Maringá - Pr. 2017.

sessenta casa pros índios morar, mas pode vir morar, mas tinha muitos índios que não queria vir, outros ia pro Barão, Mococa, Faxinal, outros pro Ivaí e ficou pouco índio aí e quase metade dos outros índios foram pra outro posto pra não ir aí, daí eu que vim, eu que vim. Naquele tempo os índios também não tinha parada, eles ia nos postos, ia nos Toldos, saía mais longe, depois voltava, era assim né.⁵⁶

Além da resistência e articulação indígena, este depoimento também revela as conexões entre o governo do Paraná e o órgão indigenista, pois o sogro do encarregado do Posto foi quem recebeu a empreitada para lotear a área liberada pelo Acordo de 1949. O objetivo era facilitar a liberação das terras, retirando os índios dos seus Toldos antigos e levando-os para próximo da nova sede. Em contrapartida, as ações indígenas dificultaram o SPI, que precisou ofertar algo para atrair as famílias indígenas, como a construção de casas, escola, postinho de saúde, igreja, ofertar trabalho, entre outras ações.

Por outro lado, quando saíram dos seus Toldos, nem todos foram para a nova sede do PI Apucarana, procurando outras áreas, como o Ivaí, Mococa, Faxinal, Barão de Antonina, entre outras. O Sr. Tapixi também confirmou estes deslocamentos ao afirmar que “[...] tem umas famílias lá, tem na Serrinha, no Barreiro e na Água Branca [...] Rio Preto hoje ficou só o nome [...] A minha finada vó, mãe da minha mãe, ela nasceu no Rio Preto, nasceu no Rio Preto, daqui que ela cruzou (o rio Tibagi) e foi embora.”⁵⁷ Também confirmado pelo Sr. Pedro de Almeida que informou que “uma parte foram lá pra Ortigueira, uns foram, o pessoal que morava aqui no Rio, no Rio Taquara, uma parte cruzaram pra lá. São Jeronimo, Barão de Antonina e nós, a minha família foi pro Apucarantina.”⁵⁸

Torna-se mister enfatizar que os deslocamentos dos indígenas não foi uniforme e simultâneo, mas lento e gradual, inter cruzando suas ações. Entretanto, a redução do Território Indígena Apucarana provocou o empobrecimento da comunidade indígena local e inúmeras dificuldades para manter suas formas de vida.

Outrossim, não se trata de negar o processo de esbulho do Território Indígena Apucarana, mas destacar as estratégias dos Kaingang, como sujeitos, antenados a cada contexto histórico. Destarte, a política indígena não se baseou apenas na resistência e na luta por seus territórios ancestrais, mas também na aproximação de algumas famílias indígenas nas imediações da nova sede do PI Apucarana, interessadas na estrutura edificada, influenciando as decisões do órgão indigenista quanto ao local da nova área, assegurando o direito à medição e demarcação de uma porção de terras aos índios.

56 ELÓI ZACARIAS. Depoimento de Elói Zacarias Nogueira Pipir. Op. cit.

57 TAPIXI. Depoimento de João Maria Rodrigues Tapixi. Entrevistador: NOVAK, Éder da Silva. Terra Indígena Apucarantina – Município de Tamarana, 28 de março de 2017. Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM), Maringá – Pr. 2017.

58 PEDRO ALMEIDA. Depoimento de Pedro Kagre Kãg Candido de Almeida. Op. cit.

Conquanto, foram décadas de resistência indígena para não sair dos seus Toldos antigos, mesmo num contexto muito desfavorável, com as articulações políticas entre o órgão indigenista e os governos federal e estadual. Somente após o Golpe Civil Militar, o novo órgão indigenista (FUNAI), com suas ações intensas de perseguição, ameaças e mortes, utilizando-se da força dos coronéis e generais, conseguiu delimitar a área indígena em seus 6.300 hectares, estabelecidos pelo Acordo de 1949.

Destaca-se a capacidade intelectual dos Kaingang em formular discursos muito bem fundamentados e convincentes, buscando alcançar seus objetivos, sabendo se afastar e/ou buscar refúgio quando se sentiam ameaçados, intercalando relações pacíficas e conflituosas com a sociedade envolvente e com os próprios órgãos tutelares, elaborando práticas para a defesa constante dos seus remanescentes territórios e lutando de forma desafiadora para a manutenção de suas práticas culturais e de sua identidade étnica, não aceitando serem chamados ou confundidos com outras etnias.⁵⁹

As mudanças no modo de vida dos Kaingang do Apucarana foram radicais e ainda perderam grande parte dos seus tradicionais territórios. De toda forma, ainda se auto-definem como descendentes daqueles que marcavam presença em toda a região, antes mesmo dos não-indígenas ali chegarem. É preciso compreender esta dinâmica sociocultural da história Kaingang, que adotaram padrões ocidentais, mas de maneira reinterpretada, conforme os objetivos e necessidades da comunidade indígena.⁶⁰

Por último, torna-se fundamental afirmar que não se pode mais desenvolver uma história dessa região norte do Paraná, que adote os discursos de colonização pacífica e harmoniosa, com apologias às companhias de colonização e ao papel dos chamados pioneiros. Tampouco, uma história que atribua à região como um espaço de vazio demográfico, florestas virgens, sertões despovoados, prontas a serem ocupadas por hábeis desbravadores.

A história dos Kaingang do Apucarana revela não apenas a sua presença, mas suas diferentes formas de ações e estratégias para resistir e colocar obstáculos às frentes colonizadoras, revelando um projeto político ordenado, consciente, fruto de uma comunidade que luta para a manutenção de sua autonomia. Neste intuito, é necessário um olhar etnológico denso e minucioso, que analise as particularidades e as questões locais, não apenas as situações comuns, centrais e permanentes, mas também as excepcionais, periféricas e temporárias, de todo um contexto histórico, estabelecendo uma conexão entre o micro e o macronível, compreendendo o processo de transformações culturais e as relações sociais dos sujeitos envolvidos, pois “[...] os povos que reivindicam a história como sendo sua própria história e os povos a quem a história foi negada surgem como participantes de uma mesma trajetória histórica.”⁶¹ Só

59 MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang*. Op. Cit.

60 TOMMASINO, Kimiye. *A ecologia dos Kaingang da bacia do Tibagi*. In: MEDRI, Moacyr E. et al. *A bacia do rio Tibagi*. Londrina: M. E. Medri, 2002. p. 81-100.

61 WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 48.

assim, para evidenciar o protagonismo indígena e superar as abordagens que insistem em colocar os índios apenas nos bastidores da história do Brasil.

Considerações finais

A história dos Kaingang do PI Apucarana, no que tange aos desdobramentos do Acordo de 1949, deixou evidente a impossibilidade de caracterizar as relações entre índios e não-índios de forma simplesmente polarizada. A narrativa demonstrou as complexidades, as nuances, os conflitos, as alianças, as clivagens e o jogo de interesses entre os sujeitos envolvidos. A documentação e os depoimentos demonstraram a continuidade de vários grupos indígenas em seus Toldos de outrora, compreendendo uma vasta área geográfica, inclusive, fora dos limites da área reservada aos índios em 1900. Os agentes do SPI deixaram claro a dificuldade de concentrar os Kaingang em determinado local e retirá-los de suas moradias e de seus territórios.

Os deslocamentos indígenas influenciou decisivamente a ação do órgão indigenista em mudar a sede do PI Apucarana para outro local, retirando-a de onde havia sido instalada em 1942, quando foi criada, enquanto estrutura administrativa do SPI. Além disso, a resistência indígena prolongou as negociações do Acordo de 1949, por aproximadamente duas décadas, período em que muitas famílias Kaingang se mantiveram fora dos limites de 6.300ha, estabelecidos pelo Governo do Paraná e da União. Portanto, a concentração indígena na nova área foi um processo lento e gradual, com muitas desavenças, tensões e interesses divergentes.

Esta concentração se deu na medida que o órgão indigenista foi estruturando a sede do PI Apucarana. Os documentos e os depoimentos revelam os interesses dos indígenas em estudar na escola, em ter atendimento de saúde, em receber casas concedidas pelo SPI, em trabalhar de forma remunerada nas serrarias e nas demais atividades cotidianas da sede do Posto, enfim, em obter alguma vantagem das instalações do PI Apucarana.

Por fim, nem todos os indígenas que se deslocaram para a proximidade da nova sede do PI Apucarana ficaram ali permanentemente. As saídas para os Toldos Barreiro e Posto Velho, assim como para outros territórios indígenas da bacia do rio Tibagi e Ivaí, eram constantes, contrariando as expectativas dos agentes do órgão indigenista, que não conseguiam ter o total controle dos deslocamentos das famílias indígenas.

A abordagem apresentada permitiu revelar as ações da comunidade Kaingang do PI Apucarana, suas estratégias em defesa dos seus objetivos e seus territórios, evidenciando a política indígena em contraponto à política indigenista. Política de aproximação ao órgão indigenista, com relações amistosas, de aproveitamento da estrutura do Posto, mas também de distanciamento, fugas, enfrentamentos e conflitos, perante a situações cujos interesses eram divergentes aos dos representantes do órgão

indigenista. São situações históricas que inviabilizam as abordagens dualistas da história entre indígenas e não-indígenas, retratando a complexidade das relações entre os sujeitos históricos envolvidos, demonstrando que, se por um lado, o órgão indigenista estruturou suas ações de criação e desenvolvimento do PI Apucarana, por outro, os Kaingang elaboraram ações para fazer frente à política indigenista.

Não resta dúvida sobre a participação indígena neste processo de definição do Território Indígena Apucarana. As ações dos Kaingang, suas alianças, os conflitos, suas lutas, suas conquistas e suas perdas estão presentes na memória da comunidade, que conta suas histórias para as novas gerações, contemplando sentimentos diversos: indignação pela perda substancial das terras; saudosismo dos seus locais antigos de moradias, de rituais e de festas; tristeza pela morte de parentes e de amigos; mas também sentimentos de força pela histórica de luta do seu povo, de esperança em obter novamente seus territórios perdidos e de luta pela melhoria da qualidade de vida da comunidade, mantendo-se enquanto população de cultura diferenciada, que prima por suas origens e suas raízes, mas que se reinterpreta, em virtude dos novos contextos históricos e das relações com os não-indígenas.

Recebido em 01 de março de 2017.

Aprovado em 09 de julho de 2018.